

Entre som e imagem: como pessoas com deficiência auditiva ou visual acessam o telejornalismo

Sabryna Moreno da Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (PPGCOM-UFG) – Linha Mídia e Cidadania. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

E-mail: sabrynamoreno@discente.ufg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9345033032050265>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5817-9413>.

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

Pós-doutora em Comunicação pela UFRJ e UFPE; Doutora e Mestre em Comunicação pela UMESP; Bacharel em Jornalismo pela UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFG) e do Curso de Jornalismo da UFG.

E-mail: anacarolinatemer@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2424054335258827>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2142-5855>.

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa que analisa as dinâmicas de recepção de pessoas com deficiências auditivas ou visuais diante dos telejornais, com ênfase nas estratégias adotadas por elas. A partir de entrevistas em profundidade e observação participante, observa-se que a televisão, mesmo sendo historicamente central na difusão de notícias, ignora em grande medida as singularidades de quem não enxerga ou não ouve, resultando em exclusão simbólica. Conclui-se, portanto, que o telejornalismo precisa de políticas e práticas inclusivas, como a implementação sistemática de audiodescrição e janelas de Libras, para efetivar o direito à informação de todos os cidadãos.

Palavras-chave: telejornalismo; deficiência visual; deficiência auditiva; acessibilidade comunicativa; cidadania comunicativa.

Abstract: This article is the result of a study that analyzes how people with hearing or visual impairments engage with television newscasts, with an emphasis on the strategies they adopt. Based on in-depth interviews and participant observation, the research shows that television, although historically central to news dissemination, largely ignores the specific needs of those who cannot see or hear, resulting in symbolic exclusion. The study concludes that television journalism must adopt inclusive policies and practices, such as the systematic implementation of audio description and Brazilian Sign Language (Libras) windows, in order to uphold every citizen's right to information.

Keywords: television news; visual impairment; hearing impairment; communicative accessibility; communicative citizenship.

Recebido: 18/01/2025

Aprovado: 26/03/2025

1. INTRODUÇÃO

A televisão, ao longo de muitas décadas, consolidou-se como um dos principais meios de comunicação de massa, responsabilizando-se pela difusão diária de conteúdos jornalísticos, seja em âmbito nacional ou local. Entre esses conteúdos, o telejornal ocupou, historicamente, uma posição de destaque, pretendendo-se uma fonte confiável de informação que atualiza a população acerca dos fatos mais relevantes do dia. Em países de grande território e contrastes socioeconômicos, a exemplo do Brasil, a TV aberta alcança parcelas abrangentes de cidadãos, incluindo regiões onde a internet ainda não alcança todas as pessoas. Por esse motivo, o telejornal possui um estatuto simbólico de transmissor oficial dos acontecimentos, desempenhando funções de legitimação política, socialização cultural e formação de opinião, ou seja, “é através do que está sendo noticiado que as pessoas tomam contato com o mundo que as cerca”¹.

Embora a televisão se autodefina como um meio universal, sua linguagem, baseada em uma lógica audiovisual, corre o risco de ignorar sistematicamente as especificidades do público com deficiências auditivas ou visuais. Historicamente, a maior parte das produções televisivas não incorporou recursos de acessibilidade, como audiodescrição ou intérpretes de Libras. Assim, enquanto o telejornal exibe reportagens e entrevistas, muitas pessoas surdas sinalizantes, sem acesso a tradução adequada, permanecem alheias ao conteúdo falado. De modo semelhante, pessoas com deficiência visual encontram dificuldades para entender imagens relevantes que não recebem descrição.

Este artigo, fruto de uma pesquisa de recepção, parte dessa problemática e investiga como as pessoas com deficiências auditivas ou visuais interagem com os telejornais, analisando de que forma se sentem contempladas (ou excluídas) por tais conteúdos e quais soluções buscam para não permanecerem totalmente desinformadas. Adota-se, para fundamentar a discussão, o modelo social da deficiência, segundo o qual as barreiras de participação decorrem de obstáculos criados pela organização social e comunicacional, e não meramente de limitações individuais². Ampara-se, também, no conceito de cidadania comunicativa, entendendo que a plena inclusão social requer garantir o direito à informação e à comunicação a todos os grupos sociais, sem distinção³.

A fim de observar as experiências concretas, realizou-se uma pesquisa qualitativa composta por dez participantes. Metodologicamente, empreenderam-se entrevistas em profundidade e observação participante, permitindo observar a recepção televisiva em situação real. O estudo concentrou-se em dois grandes grupos: pessoas cegas (ou com baixa visão) e surdos sinalizantes que têm a Libras como principal língua. Os resultados evidenciam a persistência de falhas estruturais, como a ausência de legendagem adequada, falta de janelas de Libras e inexistência de audiodescrição, levando os entrevistados a mobilizarem estratégias como dependência de familiares, deslocamento para rádio (ou internet) e uso de memórias visuais (no caso de quem perdeu a visão

1. VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo, audiência e ética**. 2002. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audincia-ethica.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2024.

2. DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

3. MATA, María Cristina. *Comunicación y ciudadanía: problemático-políticos de su articulación. Fronteras: Estudios Midiáticos*, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

ao longo da vida, por exemplo). Discute-se, ao final, o impacto negativo dessas barreiras para a cidadania comunicativa, pois a exclusão do telejornalismo priva tais indivíduos do debate público mediado, reforçando desigualdades informativas.

Neste artigo, a seguir, apresenta-se o referencial teórico, com foco na comunicação de massa, televisão e a questão do modelo social da deficiência. Em seguida, será descrita a metodologia de entrevista em profundidade e observação participante, e o delineamento da pesquisa. Ao apresentar os resultados analisados, esta pesquisa propõe reflexões sobre a necessidade de práticas inclusivas e sugestões de políticas editoriais.

2. IMPACTO SOCIAL DO TELEJORNALISMO

A comunicação de massa, “forma específica da comunicação que ocorre por intermediação/mediação de um meio técnico (ou multiplicador) que permite a mensagem atingir um público anônimo, heterogêneo e fisicamente disperso”⁴, conforme clássicos modelos funcionais, cumpre papéis de integração, informação e entretenimento, por meio de tecnologias que alcançam audiências extensas. A televisão, nesse sentido, projeta-se como um dos veículos mais influentes, pois combina som e imagem para criar uma narrativa audiovisual persuasiva, conferindo credibilidade e imediatismo às notícias. Desde a implantação da TV no Brasil, em 1950, passando pela consolidação das redes nacionais nas décadas seguintes, o telejornalismo despontou como um gênero fundamental para a atualização diária dos cidadãos, contribuindo inclusive para a formação de uma identidade coletiva e para legitimação de fontes políticas e econômicas⁵.

No entanto, críticas surgem ao se constatar que o telejornal não contempla devidamente a heterogeneidade do público. As emissoras adotam rotinas produtivas e formatações de conteúdo que, na maior parte das vezes, supõem um telespectador que escuta perfeitamente e que enxerga sem restrições. Isso marginaliza grupos com deficiências sensoriais e contradiz princípios de serviço público e universalidade. O problema se torna ainda mais grave quando se considera a relevância sociopolítica da informação jornalística para a participação cidadã.

3. ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A deficiência é, em maioria, tratada sob o prisma biomédico, que associa “incapacidade” à condição biológica do sujeito, como “consequência natural da lesão em um corpo”⁶. Em contraposição, o modelo social da deficiência, consolidado por militâncias e acadêmicos, assevera que a exclusão decorre de uma organização social que não prevê adaptações de seus ambientes, tecnologias

4. TEMER, Ana Carolina; NERY, Vanda. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: Aspектus, 2004. p. 11.

5. MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2010.

6. DINIZ, op. cit. p. 15.

e interações. Assim, não se trata de “corrigir” a pessoa com deficiência, mas de eliminar barreiras erguidas nos espaços físicos e simbólicos, promovendo efetiva inclusão.

Bonito⁷ propõe o termo “acessibilidade comunicativa” como “o conjunto de processos que visam desobstruir e promover a comunicação sem barreiras como direito humano fundamental”. No campo midiático, a acessibilidade comunicativa implica oferta de recursos como janelas de Libras para surdos sinalizantes, audiodescrição para cegos ou pessoas com baixa visão, legendas adequadas para quem tem surdez ou perda auditiva parcial, além de materiais que facilitem a compreensão de quem tem deficiência intelectual. Tal prática não deve ser vista como uma “ajuda extra”, mas a implementação de direitos consagrados em leis e convenções nacionais e internacionais. No Brasil, o Decreto nº 5.296/2004 já estipulava a obrigação de as emissoras assegurarem progressivamente legendas em toda a programação, bem como recursos de Libras e audiodescrição. A parca efetivação dessas medidas revela uma disparidade entre a previsão legal e a aplicação real.

4. CIDADANIA COMUNICATIVA E DIREITO À INFORMAÇÃO

O conceito de cidadania, em sua formulação clássica, a partir de Marshall⁸, refere-se a direitos civis, políticos e sociais que garantem a participação do indivíduo na comunidade política. Contudo as sociedades contemporâneas passaram a destacar o direito à comunicação como prerrogativa indispensável, dada a centralidade da mídia na formação de esferas públicas. Mata⁹ propõe que a cidadania comunicativa expressa a necessidade de os sujeitos serem não apenas receptores, mas também agentes que possam questionar, produzir e circular informações. Quando determinado grupo não consegue acessar notícias, o próprio exercício da cidadania é negado, pois a capacidade de compreender leis, eleições e acontecimentos de relevância social se vê obstruída.

Para Signates e Moraes¹⁰, a comunicação é um “direito de expressão de direitos”. Se não há condições de usufruir das informações jornalísticas, a pessoa não pode sequer reivindicar plenamente outros direitos sociais (ou políticos). É por isso que a falta de acessibilidade no telejornalismo afeta não só a experiência midiática individual, mas a própria dinâmica democrática. A continuidade de barreiras comunicacionais em um meio tão consumido e simbólico tende a reforçar estímulos e a manter pessoas com deficiência sensorial em uma “subcidadania comunicacional”, destacado por Signates e Moraes, a partir do sociólogo Jessé Souza, na qual dependem de terceiros ou de meios alternativos para se manter informadas.

7. BONITO, Marco. A Problemática da Acessibilidade Comunicativa como Característica Conceitual do Jornalismo Digital. *Âncora: Revista Latino-americana de Jornalismo*, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 175-193, jan./jun. 2016.

8. MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e classe social. In: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.57-114.

9. MATA, op. cit.

10. SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. In: *Cidadania Comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: Gráfica UFG, 2019.

5. MEDIAÇÕES CULTURAIS E RECEPÇÃO ATIVA

A teoria das mediações, de Jesús Martín-Barbero¹¹, desloca o foco da análise dos meios para os contextos e práticas de recepção, entendendo que a circulação da mensagem midiática se entrelaça a variáveis históricas, sociais e culturais. O espectador não é passivo, pois reinterpreta o conteúdo a partir de suas condições concretas de vida, redes de pertencimento e recursos cognitivos. No caso de pessoas com deficiências sensoriais, tais mediações incluem o grau de familiaridade com tecnologia assistiva, o apoio de familiares e amigos, a existência de canais alternativos (rádio, internet etc).

Assim, mesmo que o telejornal não ofereça acessibilidade plena, pessoas que necessitam dessa acessibilidade buscam soluções, negociando sentidos e tentando driblar as barreiras comunicacionais. Porém isso não retira a responsabilidade das emissoras em fomentar práticas inclusivas. Afinal, a mediação cultural não pode ser um pretexto para transferir todo o ônus às minorias, mas antes serve para compreender como se dá a resistência e a agência dos públicos. O presente estudo, ao examinar entrevistas e observações participantes, demonstra, por um lado, estratégias de significação, e, por outro, as limitações impostas a quem depende integralmente dessas manobras.

6. ESCOLHAS METODOLÓGICAS

6.1. Sobre a natureza qualitativa e objetivos

Optou-se por realizar a pesquisa qualitativa, visando aprofundar as percepções, narrativas e práticas de recepção de telejornais por pessoas com deficiências auditivas ou visuais. Isso porque o foco não era aferir quantas pessoas assistem ao telejornal, mas sim como e em que condições elas interagem com conteúdos informativos, quais barreiras encontram e que soluções desenvolvem. Esse tipo de abordagem recorreu a entrevistas em profundidade e observação participante, de modo a produzir conhecimento contextualizado, sensível às experiências dos sujeitos¹².

6.2. Perfil dos participantes

Foram selecionados dez participantes: cinco com deficiência visual (cegueira total ou baixa visão) e cinco com deficiência auditiva (todos surdos congênitos e sinalizantes, ou seja, se comunicam em Libras). A escolha intencional pautou-se em abordar a diversidade de idades, gênero e escolaridade; disponibilidade em relatar experiências cotidianas; garantia de um mínimo contato com telejornalismo (ainda que fosse ocasional). Todos vivem em Goiás, nas cidades de Goiânia e Rio Verde, facilitando o trabalho de campo. Todo o trabalho foi

11. MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

12. GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

realizado conforme o termo de consentimento livre e esclarecido nas normas do Comitê de Ética e os entrevistados tiveram seus nomes substituídos por pseudônimos (Quadro 1).

Quadro 1: Perfis dos entrevistados

Nome	Idade	Cidade	Escolaridade	Profissão	Deficiência
Antônio	30	Goiânia (GO)	Ensino Médio (estudando para vestibular)	Em transição/estudante	Visual (neuropatia óptica adquirida aos 26), enxerga borões e percebe contrastes.
José	57	Rio Verde (GO)	Superior (Serviço Social)	Assistente social e gestor administrativo (Associação Beneficente Auta de Sousa - Abas)	Visual (degenerativa congênita), vê vultos e melhor em penumbra ou com contraste.
Laura	55	Rio Verde (GO)	Superior (Pedagogia) + Pós-Grad. em Ed. Especial	Professora de pessoas com deficiência visual	Visual (retinose pigmentar, congênita), enxerga cerca de 5% no centro do olho esquerdo.
Luís	58	Goiânia (GO)	Superior (Medicina)	Médico (sem atuar desde avanço da perda de visão)	Visual (adquirida), apenas percepção de claridade no olho direito.
Silvio	48	Goiânia (GO)	Ensino Médio	Servidor efetivo (Comurg)	Visual (congênita), cegueira total desde o nascimento.
Ana	47	Rio Verde (GO)	Ensino Médio	Dona de casa	Surdez congênita
Carlos	40	Rio Verde (GO)	Ensino Médio	Operador de empilhadeira	Surdez congênita
Ingrid	27	Rio Verde (GO)	Ensino Médio	Sem ocupação	Surdez congênita (implante coclear, mas não se adaptou)
Jessica	24	Rio Verde (GO)	Superior (Administração)	Auxiliar administrativo (RH)	Surdez congênita (implante coclear, mas não se adaptou)
Lucas	29	Rio Verde (GO)	Ensino Médio	Auxiliar de carga e descarga	Surdez congênita

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)¹³.

13. Retirado da dissertação de Mestrado "Estratégias comunicativas de pessoas com deficiências auditivas ou visuais perante os telejornais: um estudo de recepção", de Sabryna Moreno da Silva, com orientação de Ana Carolina Rocha Pessôa Temer.

6.3. Procedimentos de coleta

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas que abordavam: trajetória pessoal, estudos e história de vida com a deficiência; relação com a televisão, em especial telejornais, incluindo hábitos de consumo e

recordações; percepções sobre barreiras de acessibilidade nos telejornais; estratégias ou adaptações empregadas; sugestões ou expectativas em relação ao jornalismo televisivo inclusivo. A observação participante foi realizada junto com a entrevista e o processo consistiu em visitar a residência de cada entrevistado no momento em que assistia a um telejornal (local ou nacional). Observou-se como tentava acompanhar a reportagem, se precisava de ajuda de outras pessoas, se trocava de canal, se fazia comentários espontâneos.

Essa estratégia permitiu perceber nuances, como a reação diante de legendas rápidas ou de elementos visuais sem narração, e confrontar com o discurso das entrevistas. Notas de campo incluíram descrições do ambiente, comentários verbais ou sinalizados, expressões faciais e eventuais diálogos com familiares. Posteriormente, tais registros foram incorporados ao corpus de análise, em triangulação com as transcrições das entrevistas.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS DINÂMICAS DE RECEPÇÃO

A análise de conteúdo, com base em Bardin¹⁴, seguiu etapas de pré-análise com organização das transcrições e das notas de campo, leitura flutuante para identificação de temas recorrentes; exploração do material, com recorte e categorização. No processo de investigar como pessoas com deficiências visuais (ou auditivas) interagem com os conteúdos telejornalísticos, observou-se que a televisão, mesmo sendo reconhecida como um eixo informativo e simbólico na cultura brasileira, falha em adequar-se às necessidades de um público cuja experiência sensorial difere do que se convencionou como “padrão”. É importante reiterar que, apesar da pesquisa apontar obstáculos, esses receptores não se encontram em posição passiva, pois buscam estratégias e cobram mudanças que assegurem a cidadania comunicativa de pessoas com deficiência enquanto consumidores e comunicantes.

Para pessoas com deficiência auditiva (ou visual), a televisão costuma exercer uma função paradoxal, pois ao mesmo tempo em que aparece como importante fonte de atualização sobre o que acontece na sociedade, não garante as condições de acesso necessárias para a compreensão plena do noticiário. Mesmo assim, a importância simbólica do telejornalismo é confirmada pela maioria dos entrevistados, que relatam memórias afetivas de seus primeiros contatos com a TV e as rotinas formadas em torno da exibição dos telejornais, seja durante as refeições ou em encontros familiares.

Entre os entrevistados com deficiência visual, é comum remeterem a momentos de infância, quando ainda possuíam um grau de visão maior ou quando contavam com a família para decodificar aspectos visuais. Luís, por exemplo, enfatiza a convergência de mídias em seu cotidiano juvenil: ele lia jornais impressos, ouvia rádio e assistia telejornais ao lado do pai. Uma recordação contundente é a da guerra civil no Líbano na década de 1970, que ele acompanhou pelo Jornal Nacional. Enquanto Silvio, cego desde o nascimento,

14. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

descreve como a televisão acompanhou momentos históricos que repercutiram fortemente na sociedade e, de certa forma, na sua própria formação de opinião: “Eu acompanho os telejornais desde pequeno. Aos meus 12 anos, eu vou lembrar muito, assim, foi quando teve aquele acidente do Césio, né, que foi em 87, eu lembro. E quando teve a morte do Tancredo Neves”.

Laura exemplifica outra faceta do envolvimento com a TV. Ela, que perdeu progressivamente a visão devido à retinose pigmentar, relembra com carinho o dia em que apareceu em um noticiário local ao lado dos alunos com deficiência visual. Esse instante significativo aponta como a TV pode validar experiências e projetos pedagógicos relacionados à inclusão. Ao mesmo tempo, Laura enfatiza que, quando o noticiário não descreve devidamente as cenas ou não verbaliza informação que aparece apenas em texto, ela se sente frustrada, pois não consegue acompanhar conteúdos que julga interessantes.

O caso de Antônio comprova a relação entre as trajetórias individuais e a progressiva mudança de hábitos midiáticos. Ele via telejornais tradicionais até os 26 anos, quando começou a perder a visão e, simultaneamente, descobriu um universo de canais alternativos na internet. “A internet me abriu muitos caminhos e comecei a buscar outras formas de informação”, diz, relacionando isso não apenas à deficiência, mas ao desejo de encontrar conteúdos políticos e sociais mais aprofundados. Assim, a TV passa a disputar espaço com plataformas que Antônio julga mais acessíveis, haja vista que pode ajustar leitores de tela e, em muitos casos, encontrar descrições mais detalhadas nas transmissões on-line.

Já José revela que, se por um bom período consumiu telejornais com frequência, acabou se afastando aos poucos por dois motivos: a ênfase em noticiário policial e sensacionalista e a ausência de recursos de descrição. Ele diz ter percebido “muitas notícias negativas”, algo que o desestimula a permanecer diante da tela. Esse desencanto, porém, não o faz ignorar o valor da TV, mas indica que as preferências pessoais, aliadas às barreiras de acessibilidade, podem levar uma parcela desse público a migrar para outros meios, como o rádio ou a internet.

No caso dos entrevistados surdos, a televisão aparece igualmente como parte do cotidiano doméstico desde a infância, embora a barreira da incompreensão linguística crie um distanciamento ainda maior. Carlos e Ana, casal surdo, contam que a TV sempre esteve presente na casa, mas, por não dominarem a língua portuguesa, frequentemente mudam de canal quando não entendem nada do que está sendo dito. É um ritual: eles tentam “ler” as cenas, mas, quando percebem que a matéria demanda uma compreensão oral, desistem. Eles contam com a ajuda da filha ouvinte para explicar trechos que julgam essenciais, mas a situação cria dependência e afasta-os da autonomia.

Ingrid vive situação parecida. Seus pais, ouvintes, gostam muito de assistir à televisão, deixando-a ligada em vários cômodos. Ela, que nasceu surda, fez um implante coclear na tentativa de melhor percepção auditiva, mas não se

adaptou. Busca nas imagens pistas sobre os conteúdos: “Eu vejo a TV. Mas as pessoas falam muito. Eu vejo acidentes acontecendo...”. Mesmo assim, diz que se sente sempre “atrasada” em relação a fatos importantes, pois não há recursos de interpretação em Libras no telejornal.

Para Jessica, a presença constante da TV também não se traduz em compreensão. Ainda que tenha aprendido leitura labial e entenda parte das legendas, ela considera “inacessível ver notícia na TV porque é tudo em português e muito rápido”. Costuma, por isso, combinar a observação de imagens com a leitura labial para captar, de forma fragmentada, o teor das notícias.

Já Lucas menciona sentir-se à margem das conversas familiares sobre o que veem no telejornal. Ele observa os recursos visuais, mas, quando a matéria é complexa e depende de explicações orais, ele não consegue acompanhar. Afirma com frustração: “É muito complicado ser surdo”, enfatizando que não há legenda adequada nem intérprete de Libras para auxiliar. O telejornal acaba se tornando um elemento que reforça a separação entre ele e os demais familiares ouvintes, pois todos comentam o que é exibido, exceto ele.

Em síntese, as experiências surdas, assim como as de pessoas com deficiência visual, revelam um forte reconhecimento do valor cultural e social da TV. Entretanto, apontam a falta de ações concretas para a inclusão de quem se comunica em Libras. Sobram tentativas individuais: leitura labial, observação detalhada de cenas, pedido de ajuda a familiares. Tais rotinas sinalizam não apenas estratégias de adaptação, mas também o quanto o sistema televisivo mantém um modelo centrado em ouvintes e videntes, negligenciando a multiplicidade de públicos.

7.1. Barreiras comunicacionais no telejornalismo

Os depoimentos acima configuram a televisão como fonte geradora de sentidos no dia a dia. Ao mesmo tempo, deixam clara a desilusão de se reconhecer a importância do telejornal, mas perceber que ele não acolhe as demandas específicas de quem não escuta ou não vê. Essa contradição gera, em alguns participantes, certa nostalgia de uma fase em que se enxergava melhor ou em que a expectativa de acessibilidade estava menos presente. Também evidencia, porém, que a agência do espectador não desaparece: mesmo sem recursos no telejornal, a maioria busca soluções “por fora”, como descrevem mais adiante, quando falam de migração para a internet ou para o rádio.

A partir da teoria de Martín-Barbero¹⁵, entende-se que o telejornal não detém o poder exclusivo de moldar a percepção dos fatos; as mediações culturais e sociais dos receptores se fazem presentes, permitindo que cada indivíduo ressignifique e, quando necessário, busque fontes complementares. Entretanto, tais recursos de “deslocamento” não isentam o telejornalismo de sua responsabilidade. Afinal, um meio de comunicação que se diz universal não pode ser universal apenas para quem ouve e enxerga sem dificuldades.

15. MARTÍN-BARBERO, *op. cit.*

Ainda que os entrevistados reconheçam a centralidade histórica da televisão, todos apontam para a disparidade entre o discurso de “abrangência” do telejornal e a realidade concreta de quem tem deficiência visual ou auditiva. As falas de cada um iluminam os diversos obstáculos, sejam eles técnicos, culturais ou ligados à lógica econômica das emissoras, impedindo que a notícia seja compreendida de forma autônoma.

Para os participantes com deficiência visual, a ausência de audiodescrição e de locução mais detalhada das imagens constitui o principal fator de exclusão. Laura coloca de modo direto a importância de verbalizar tudo aquilo que é exibido na tela, trazendo o exemplo de quando vivenciou audiodescrição em um evento presencial e como isso mudou drasticamente sua experiência de entender o que acontecia: “Parece que você tá enxergando. E dá mais atenção aos detalhes. E você vai imaginando aquilo ali, vai dando mais emoção do que você só ouvir”.

Quando se fala em telejornalismo, a participante lamenta que tal recurso raramente apareça e a sensação recorrente é a de que muitas cenas, mapas, estatísticas e números de telefone ficam restritos ao público vidente: “Parar com aquele negócio de falar assim: ‘o número do telefone está na tela’. [...] E quem não está vendo a tela? E se a pessoa estiver precisando daquele número?”

Silvio reforça que, sem audiodescrição ou descrição mínima, há um vácuo durante as matérias, pois o repórter assume que a imagem fala por si. Ele comenta que se vê obrigado a “trocar de canal” ou “tentar imaginar” o que está acontecendo quando o noticiário faz pausas silenciosas para exibir imagens de apoio: “Eu vou trocando, vendo o que tá passando, mexendo no controle, mas às vezes eu não sei o que eles estão mostrando”.

Na mesma linha, Antônio lamenta que o telejornal não descreva elementos essenciais. Ele considera que um esforço mínimo de narração já faria diferença, mas percebe que as emissoras preferem apostar na “força das imagens,” ignorando quem não as enxergam: “Falta muita audiodescrição. Às vezes, eles dizem ‘confira na imagem’, mas não descrevem. Isso me deixa indignado”.

Em termos metodológicos, a recorrência de falas como essas indica que a deficiência visual não é um fator isolado ou “individual,” mas um construto social que se manifesta no contato com meios que priorizam o sentido da visão. Ao não inserir recursos de descrição, o telejornal potencializa a desigualdade comunicacional, corroborando a tese de que o problema reside na forma como a mídia está estruturada, não na limitação individual de cada indivíduo.

No contexto dos surdos entrevistados, o problema fundamental está na inexistência de janelas de Libras, na inadequação do *closed caption* (muitas vezes automático e veloz demais) e na disparidade das línguas, pois Libras segue uma gramática visual-espacial, diversa do português. Carlos descreve por que ele e Ana acabam desistindo do telejornal: “Eu não gosto muito, por causa do português. Como eu não entendo bem, eu desisto. [...] As palavras em português são fonéticas, o significado é completamente diferente”.

Lucas corrobora que as legendas convencionais não o ajudam, pois a leitura em português, além de complexa, geralmente não acompanha o ritmo da fala. “Preciso realmente das imagens e do intérprete de Libras. Sem isso, não consegui compreender o que foi dito”. Ingrid reforça que até lê algumas palavras, mas nada substitui um profissional habilitado em Libras. Ela sente falta de uma janela de intérprete na tela que permita acompanhar o noticiário de modo autônomo: “Por ser em língua portuguesa, eu prefiro intérprete de Libras, é melhor. Porque a legenda, eu não consigo compreender as palavras, o contexto”.

De maneira mais detalhada, Jessica aponta a questão da qualidade do intérprete de Libras e afirma que não basta colocar “qualquer pessoa” que sinalize de modo mecânico. Para haver tradução efetiva, é preciso domínio linguístico e conhecimento de Libras de forma aprofundada, o que raramente se vê em ambientes televisivos.

Ao relatar tais barreiras, os entrevistados com deficiência auditiva demonstram a carência de recursos técnicos e denunciam uma cultura midiática centrada na língua oral e portuguesa. O telejornal supõe que o telespectador domine plenamente o português falado e escrito, ignorando as especificidades linguísticas e culturais dos surdos sinalizantes. Esse cenário, para eles, rompe a promessa de função social do telejornal, uma vez que ficam de fora de debates de interesse público.

7.2. Estratégias de significação

Embora deparem com barreiras institucionais, os participantes não se tornam receptores inertes. Em cada relato, destacam-se táticas e recursos que pessoas com deficiência mobilizam para contornar, ainda que parcialmente, a inacessibilidade do telejornal. Essas estratégias podem ser individuais (uso da memória, da imaginação, da leitura labial) ou coletivas (obter ajuda de familiares e amigos). Também envolvem a adoção de suportes tecnológicos como aparelhos de voz, leitores de tela e plataformas alternativas (rádio, internet, podcasts).

Luís, que gradualmente perdeu a visão, destaca a diferença entre “visualizar” e “visibilizar.” Mesmo sem poder ver a imagem efetivamente, ele é capaz de “visualizar” mentalmente uma cena, baseado em experiências pretéritas. Isso se tornou parte fundamental de sua forma de acompanhar telejornais ou mesmo programas de entretenimento. Ele cita: “Eu estaria formando na minha cabeça uma imagem, eu estaria imaginando a cena”.

De modo semelhante, Silvio diz que usa a imaginação para suprir informações que não são narradas, construindo uma versão mental da matéria jornalística. Além disso, Silvio reconhece a importância de comandos de voz e da TV digital, que aprimora a qualidade do áudio, reduzindo ruídos e

chiados. Para ele, a ausência de interferência no som já é um ganho: “Com a implementação da TV digital, nossa, foi muito bom”.

Laura, por sua vez, salienta que precisa se sentar perto da televisão e contar com o apoio de familiares para captar detalhes de cenários ou legendas. Ainda assim, sente-se mais livre ao ouvir rádio, pois a narrativa do rádio já pressupõe a não existência de imagens, gerando um discurso mais autoexplicativo e verbalmente rico. “Até desperta mais a sua imaginação”, diz, ao comparar o rádio com o telejornal. Nesse sentido, o “abandono” parcial da TV em favor de outros meios é uma estratégia de autonomia, embora signifique perder parte do que o telejornal propõe.

No caso de Antônio, a internet aparece como solução central. Ele costuma acompanhar canais de conteúdo político e transmissões ao vivo no YouTube, em que pode acionar recursos de acessibilidade como zoom (ou leitores de tela), e escolher fontes que detalhem mais as falas, inclusive sem depender de imagens que não são descritas. Essa migração para plataformas digitais também reflete um desejo de autonomia e de ruptura com o modelo passivo de recepção.

Entre os surdos, o esforço de “ler” a situação pelas imagens é bem presente. Lucas, por exemplo, recorre a cenas que mostram acidentes (ou objetos) para decifrar as notícias. Ao mesmo tempo, percebe faltas graves quando se trata de algo mais abstrato (ou complexo), pois as imagens não traduzem o conteúdo verbal. Ingrid tenta fazer o mesmo, mas frequentemente se confunde.

Jessica menciona que, apesar de dominar parte da leitura labial, se sente prejudicada quando o jornalista fala rápido ou quando não há legenda sincronizada. O *closed caption*, mesmo quando acionado, atrapalha por surgir de maneira tardia e desaparecer antes que ela compreenda o enredo. Então, Jessica adota um método híbrido: tenta ler lábios, olha as imagens e, eventualmente, pede ajuda a alguém do convívio.

Em vários depoimentos, há a menção à ajuda da família: pais, irmãos ou cônjuge. Entretanto, depender constantemente de outra pessoa para traduzir ou descrever é motivo de desconforto, pois reforça a falta de independência. Além disso, nem sempre os familiares conhecem Libras ou sabem descrever visualmente os acontecimentos de forma eficaz. Esse quadro evidencia como, na ausência de soluções institucionais e editoriais, a acessibilidade recai em arranjos improvisados, o que, para os entrevistados, não supre o ideal de pleno acesso.

Outra dimensão notável é a redistribuição de tempo. Vários participantes declararam que, ao perceber o telejornal inacessível, desligam a TV ou trocam de canal, investindo mais horas em plataformas digitais, nas redes sociais ou em grupos específicos. Laura, por exemplo, menciona que quando não consegue entender a cobertura local, ela “vai para o rádio”, ao passo que Antônio opta por “meios alternativos, principalmente na internet.” Ingrid, surda, recorre a

conteúdos em Libras disponíveis em perfis de intérpretes, para ao menos ter a versão simplificada do que ocorreu no noticiário.

Tais narrativas apontam para uma recepção ativa, no sentido de que não há mera resignação diante das dificuldades. Há, sim, iniciativas de remediação, ainda que incompletas. Essa constatação revela que o público com deficiência sensorial não se encontra à margem por falta de interesse, mas por “falta de portas abertas” no telejornal tradicional.

7.3. Experiência com o telejornal

A observação participante complementou as entrevistas ao permitir que a pesquisadora acompanhasse, *in loco*, a interação dos entrevistados com telejornais em suas residências, nos horários habituais de exibição. Esse procedimento trouxe evidências empíricas de como as barreiras se manifestam na prática, bem como das reações e comentários espontâneos dos participantes ao tentarem compreender ou simplesmente desistirem de acompanhar as reportagens.

No caso de Silvio, cego desde o nascimento, a observação ocorreu durante o Bom Dia Goiás da TV Anhanguera, afiliada da Globo em Goiás. Ele ouvia atentamente o repórter narrar um suposto crime forjado por um produtor rural, mas em nenhum momento o jornalista descrevia os objetos apreendidos que a imagem exibia na tela (celulares, dinheiro, cheques). Ao final, Silvio demonstrou ter entendido apenas que se tratava de um golpe envolvendo seguro, sem saber que a polícia recolhera provas materiais. Quando questionado, respondeu: “Não, de cheque eu não lembro. Só falou que eles estavam com um problema...”. Isso ilustra como um detalhe crucial – a materialidade do crime – permaneceu restrito ao público vidente, sem verbalização alguma.

Em semelhante situação, durante a observação com Laura, ela percebeu apenas vagamente algo escrito em uma tarja na CNN, mas não distinguia o que estava ali. Pouco depois, ao mudar para o Jornal Anhanguera, deparou-se com chamadas de matérias feitas de forma enigmática, que pressupunham a visão de um panetone ou, de alguma, “delícia natalina” sem mencionar o objeto em voz. Ela reagiu dizendo: “Aí, ‘te conto já, já’. Ninguém sabe que delícia que apareceu ali”, explicitando o incômodo de depender de dicas auditivas insuficientes.

Para Lucas, a observação ocorreu enquanto assistia ao Jornal Anhanguera 2^a edição. Ele ativou o *closed caption* na esperança de acompanhar a reportagem. O texto, porém, não apenas corria rápido demais, como também surgia em desalinho com as falas. Lucas compreendeu parcialmente que era um acidente com motorista bêbado, mas perdeu o fio da narração, dizendo: “Depois o jornalista começou a falar, não entendi mais nada. Me sinto muito incomodado”. Esse incômodo se intensificou quando percebeu que o telejornal mudou de assunto sem um aviso claro, o que gerou confusão na interpretação.

Em outra ocasião, Ingrid assistiu a uma matéria sobre uma feira cultural em Brasília, com comidas e outros itens. Ela viu imagens de pessoas comendo sorvetes e convidou a pesquisadora a “traduzir” (ou explicar), pois não havia legendas claras nem intérprete. O resultado foi uma compreensão truncada, onde Ingrid deduziu que tinha a ver com “posto de gasolina” e “encontro de pessoas”, mas não a veracidade da feira. “Tinham muitas coisas que passaram despercebidas, muitas pessoas falando, então não deu pra entender”, disse.

Jessica, ao assistir a um telejornal no horário de almoço, sobre um estrelionato cometido por um dentista, tentou usar a legenda, porém o texto se sobreponha a tarjas coloridas e a outros caracteres em tela, dificultando sua leitura. Ela descreveu a tentativa como frustrante: “Eu li a legenda, mas é muito rápida. Eu não consegui entender por que, para ler, estava muito rápido e confuso”. O fato de a reportagem abordar um tema médico acabou gerando uma confusão de sentidos, pois Jessica acreditou, pelas imagens, que se tratava apenas de “problemas de saúde” sem captar que era um caso de fraude. A falta de intérprete de Libras e a desorganização da legenda aprofundaram seu desconhecimento.

Uma constatação recorrente é que, diante da dificuldade de seguir uma matéria, os participantes frequentemente trocam de canal, pedem ajuda instantânea a familiares ou pesquisam na internet. Esses comportamentos reforçam a existência de uma recepção ativa, porém limitada, dada a necessidade de tomar medidas extras que não seriam requeridas se houvesse acessibilidade prevista no telejornal.

Observou-se também que, enquanto os entrevistados com deficiência visual mencionam a importância de tornar explícitos elementos-chave da imagem, os surdos destacam a necessidade de uma tradução fiel ao que se fala, evitando legendas genéricas ou em português sinalizado. Não se trata, pois, de uma única adaptação, mas de um conjunto que inclua descrição de imagem, intérpretes de Libras ou legendagem aperfeiçoada (com tempo, tamanho de fonte e readequações da estrutura textual).

Por fim, o ato de observar *in loco* forneceu um vislumbre de como o telejornal realça, em cada bloco, a lógica visual e oral, e esquece que alguns espectadores dependem de outros modos de compreensão. A falta de identificação clara do apresentador ou de contextualização mínima sobre uma cena exibida por alguns segundos já é suficiente para desfavorecer quem depende da audição ou de sinais visuais com tradução.

A partir de todo o conjunto de dados analisados — relatos, falas, observações de campo —, constata-se que, embora as emissoras apresentem telejornais com a pretensão de abranger amplos segmentos da população, o público formado por pessoas surdas e cegas permanece à margem. Tal exclusão não decorre de uma eventual “falta de interesse” desses receptores em acompanhar as notícias, mas do desencontro entre a estrutura audiovisual e as condições sensoriais de cada grupo.

Importância histórica e afetiva da TV: mesmo os entrevistados mais críticos reconhecem a relevância simbólica da televisão como local de legitimação social e cultural. Muitos remontam a memórias de família, das primeiras lembranças de infância, do convívio com pais e amigos diante do telejornal. A ruptura ocorre quando surge a constatação de que o formato do noticiário não foi feito para contemplá-los.

Barreiras generalizadas: para as pessoas com deficiência visual, a ausência de audiodescrição, de narração de textos na tela e de cuidados mínimos de verbalização gera lacunas que enfraquecem a compreensão integral do conteúdo. Para os surdos sinalizantes, a falta de janelas de Libras e a inadequação do *closed caption* inviabilizam a apreensão do discurso oral. Esses pontos foram explicitados em praticamente todas as entrevistas e observações participantes.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das trajetórias e estratégias adotadas pelos entrevistados com deficiências auditivas ou visuais ao consumirem telejornalismo revela uma tensão crônica: a televisão, ao mesmo tempo em que se consolida como principal veículo de informação, exclui aqueles que não se adequam ao padrão audiovisual centrado na visão e na fala. O estudo expõe que, apesar de a TV ter se tornado um elemento identitário e de socialização, permanece lacunar no que diz respeito à acessibilidade comunicativa. Em resposta a isso, as pessoas com deficiência articulam ações compensatórias (uso de tecnologias, apoio familiar, memória, imaginação, leitura labial e migração para outros meios) que, se por um lado mostram a agência desses receptores, por outro lado reforçam a precariedade das soluções.

As falas dos entrevistados, bem como as situações de observação participante, evidenciam a necessidade urgente de implementação de audiodescrição, janelas de Libras permanentes e legendas mais bem trabalhadas. Esses recursos não só beneficiariam as pessoas com deficiência, mas também poderiam aprimorar a experiência de qualquer telespectador que, por alguma razão, não possa ouvir ou ver adequadamente o que é transmitido. Ademais, destacam o quanto práticas inclusivas reforçam a cidadania comunicativa, ampliando o acesso à informação e garantindo a participação efetiva de todos nos debates públicos mediados pela televisão.

Em outras palavras, as conclusões sinalizam que não se trata de um problema individual de quem não enxerga ou ouve, e sim de uma mídia que ainda não assume plenamente a diversidade de sua audiência. As experiências concretas de Luís, Silvio, Laura, Antônio, José, Carlos, Ana, Ingrid, Jessica e Lucas funcionam como estudos de caso de um fenômeno estrutural, isto é, a lacuna do telejornalismo brasileiro em abarcar direitos comunicacionais de minorias sensoriais. Se, no campo jurídico, há marcos legais que exigem acessibilidade, no campo prático, há muito por fazer para que as trajetórias

atravessadas pela televisão sejam menos marcadas pelo desencontro e mais pela inclusão.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERLO, David K. **O processo da comunicação**: introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- BONITO, Marco. A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital. **Ancora**: Revista Latino-americana de Jornalismo, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 175-193, 2016. DOI: 10.21204/2359-375X/ancora.v3n1p175-193. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ancora/article/view/28307>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- CAMPANHÃ, Marcela Ribas. **Audiodescrição e cidadania**: processos comunicacionais de sujeitos cegos vinculados aos usos e apropriações da rede social WhatsApp. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9124>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38183>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 1988.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras**: Estudos Midiáticos, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6113>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. *In*:

Entre som e imagem: como pessoas com deficiência auditiva ou visual acessam o telejornalismo

• Sabryna Moreno da Silva e Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela (org.). **Cidadania comunicacional:** teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2019. p. 15-35.

TEMER, Ana Carolina; NERY, Vanda. **Para entender as teorias da comunicação.** Uberlândia: Asppectus, 2004.

VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo, audiência e ética.** Texto da Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2002. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audiencia-etica.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.